

Liderança Capitalização S.A

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2013**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Empresa encerrou o semestre de 2013 com ativos totais no montante de R\$ 1.049.347 mil, receita bruta de R\$ 157.091 mil e lucro líquido de R\$ 16.754 mil.

Operações de Capitalização

Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos investidores, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu investidor qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 452.505 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 583.869 mil das quais R\$ 573.204 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 120.669 e apresentam um montante de R\$ 10.665 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/13.

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembléia Geral, que dará a destinação que lhe convier respeitada as normas legais aplicáveis.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 29 de agosto de 2013.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-f, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 16 de novembro de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador.

Conforme evidenciando na Nota Explicativa nº 18, a Empresa possui diversos processos judiciais que, poderão ou não, resultar em futuro desembolso de caixa. Dentre eles se destaca, pela sua relevância, a discussão relacionada com a definição da base de cálculo da COFINS, cuja liminar que suspendia a obrigatoriedade do recolhimento dos valores em discussão, foi cassada. Conseqüentemente, o desembolso do valor em discussão, que é superior ao montante dos recursos financeiros livre da Empresa (Nota Explicativa nº 5), poderá ser requerido. As ações da Empresa, em relação a esse assunto estão descritas na Nota Explicativa nº 18-a. Nossa opinião, não está modificada em decorrência do assunto tratado neste parágrafo.

São Paulo, 29 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante		625.991	633.077	Circulante		478.131	496.751
Disponível		1.310	247	Contas a pagar		18.083	20.842
Caixa e bancos	4	1.310	247	Obrigações a pagar	15	7.321	16.237
Aplicações	5	583.869	583.113	Impostos e encargos sociais a recolher		1.364	2.580
Créditos das operações de capitalização		17.701	34.041	Encargos trabalhistas		1.871	1.480
Créditos das operações de capitalização	6-a	17.701	34.041	Impostos e contribuições		7.434	485
Títulos e créditos a receber		11.970	13.056	Outras contas a pagar		93	60
Títulos e créditos a receber	7	7.865	9.744	Débitos de operações com capitalização		3.453	5.542
Créditos tributários e previdenciários	8	2.853	3.042	Débitos operacionais	16	3.453	5.542
Outros créditos	9	1.252	270	Depósitos de terceiros		58	6
Despesas antecipadas	10	11.141	2.620	Provisões técnicas - Capitalização	17-a	452.505	466.329
Ativo Não Circulante		423.356	410.513	Provisão para resgates		394.266	395.396
Realizável a longo prazo		411.820	399.293	Provisão para sorteio		38.968	43.551
Títulos e créditos a receber		153.136	152.079	Outras provisões		19.271	27.382
Créditos tributários e previdenciários	8	119.979	119.016	Outros débitos		4.032	4.032
Depósitos judiciais e fiscais	18	17.017	15.836	Débitos diversos	18-g	4.032	4.032
Outros créditos operacionais	11	16.140	17.227	Passivo Não Circulante		258.913	251.290
Outros valores e bens	12	258.684	247.214	Contas a pagar		1.294	1.229
Investimentos		3.568	3.155	Tributos diferidos		1.294	1.229
Participações societárias	13	3.561	3.148	Outros débitos		214.106	204.609
Outros investimentos		7	7	Provisões judiciais	18	214.106	204.609
Imobilizado	14	7.911	7.993	Débitos diversos	18-f-g	43.513	45.452
Imóveis de uso próprio		6.208	6.208	Patrimônio líquido	19	312.303	295.549
Bens móveis		774	669	Capital social		273.323	273.323
Outras imobilizações		929	1.116	Reservas de capital		557	557
Intangível		57	72	Reservas de lucros		21.669	21.669
Outros intangíveis		57	72	Lucros acumulados		16.754	-
		1.049.347	1.043.590			1.049.347	1.043.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2013	2012
Receita líquida com títulos de capitalização		91.039	96.607
Arrecadação com títulos de capitalização		157.091	166.992
Variação da provisão para resgate		(66.052)	(70.385)
Variação das provisões técnicas		8.083	(4.912)
Resultado com outras provisões técnicas		8.083	(4.912)
Resultado com sorteios	20-a	(1.026)	(6.674)
Custos de aquisição	20-b	(73.219)	(70.555)
Outras receitas e despesas operacionais		(187)	(93)
Outras receitas operacionais		20	4
Outras despesas operacionais		(207)	(97)
Despesas administrativas		(19.193)	(18.645)
Pessoal próprio		(9.972)	(11.199)
Serviços de terceiros		(5.277)	(5.933)
Localização e funcionamento		(2.430)	(2.063)
Publicidade e propaganda		(990)	(12)
Publicações		(129)	(131)
Donativos e contribuições		(12)	(43)
Despesas administrativas diversas	20-c	(383)	736
Despesas com tributos	20-d	(4.992)	(4.319)
Resultado financeiro		27.430	40.035
Receitas financeiras	20-e	32.535	51.247
Despesas financeiras	20-f	(5.105)	(11.212)
Resultado patrimonial		569	653
Receitas com imóveis de renda		156	165
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		413	488
Resultado operacional		28.504	32.097
Ganhos e perdas com ativos não correntes	20-g	78	120
Resultado antes de impostos e participações		28.582	32.217
Imposto de renda	21	(6.736)	(5.632)
Contribuição social	21	(4.240)	(4.338)
Participações sobre o resultado		(852)	(165)
Lucro líquido do semestre		16.754	22.082
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		54,25	71,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Lucro líquido do período		<u>16.754</u>	<u>22.082</u>
Resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>955</u>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		-	1.591
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		-	(636)
Resultado abrangente total		<u>16.754</u>	<u>23.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de		Dividendo adicional proposto	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	273.323	557	2.803	23.089	609	-	300.381
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	955	-	955
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.082	22.082
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	(23.089)	-	-	(23.089)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	(23.089)	-	-	(23.089)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>273.323</u>	<u>557</u>	<u>2.803</u>	<u>-</u>	<u>1.564</u>	<u>22.082</u>	<u>300.329</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	273.323	557	21.669	-	-	-	295.549
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	16.754	16.754
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>273.323</u>	<u>557</u>	<u>21.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.754</u>	<u>312.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2013	2012
Lucro líquido do período	16.754	22.082
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	152	135
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(2)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(413)	(488)
Outros ajustes	3	953
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(756)	(7.742)
Créditos das operações de capitalização	16.340	11.772
Créditos fiscais e previdenciários	(774)	(3.724)
Ativo fiscal diferido	-	1.689
Depósitos judiciais e fiscais	(1.181)	(1.334)
Despesas antecipadas	(8.521)	(814)
Outros ativos	(9.932)	(24.808)
Fornecedores	(1.546)	(1.016)
Impostos e contribuições	8.713	8.909
Outras contas a pagar	582	1.084
Débitos de operações com capitalização	(2.089)	(128)
Depósitos de terceiros	52	38
Provisões técnicas - capitalização	(13.824)	9.649
Provisões judiciais	9.497	9.690
Outros passivos	(1.939)	(1.990)
Caixa gerado/(consumido) nas operações	11.116	23.957
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	446	-
Impostos sobre lucros pagos	(2.980)	(2.238)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	8.582	21.719
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(56)	(252)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(56)	(252)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(7.463)	(24.380)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(7.463)	(24.380)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.063	(2.913)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	247	3.120
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.310	207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“*Empresa*”), devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

Silvio Santos Participações S.A.		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total	
Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	853.823	97,00%	26.417	3,00%	880.240	100,00%
Liderança Capitalização S.A.	288.137	93,30%	-	20.703	6,70%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP no 464/13, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21.

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo

reapresentados para fins de comparação em decorrência da compensação dos ativos fiscais correntes com os passivos fiscais correntes, decorrente de direito legalmente executável da Empresa de compensá-los:

Balanco patrimonial

Ativo	Saldos anteriormente divulgados	Reclassificações	Saldos reclassificados
Circulante			
Créditos tributários e previdenciários	18.478	(15.436)	3.042
Demais ativos	1.040.548	-	1.040.548
Total do ativo	1.059.026	(15.436)	1.043.590
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições	15.921	(15.436)	485
Demais passivos	1.043.105	-	1.043.105
Total do passivo	1.059.026	(15.436)	1.043.590

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 29 de agosto de 2013.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo as normas do CPC exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

- Nota 5 – Aplicações

- Nota 6-a – Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 17-a – Provisões técnicas
- Nota 18 – Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 464/13, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Conforme Notas Explicativas nº 22-e-f-g, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente.

g. Investimentos e imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	<u>Anos</u>
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreendem, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor de mercado dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

h. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do semestre, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

k. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena”, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “outras provisões”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e bancos	1.310	247
Total	<u>1.310</u>	<u>247</u>

5 Aplicações financeiras

	2013			2012	
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Valor justo	Valor justo
I - Valor justo por meio do resultado	46.036	46.036	-	46.036	44.548
Fundos de renda fixa abertos	46.036	46.036	-	46.036	44.548
II - Disponíveis para venda	490.506	(74)	490.506	490.432	478.634
Fundos exclusivos de títulos públicos	490.506	(74)	490.506	490.432	478.634
Operações compromissadas (*)	490.506	-	490.506	490.506	478.706
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(74)	-	(74)	(72)
III - Mantidos até o vencimento	47.401	-	47.401	47.401	59.931
CDB - Certificados de depósitos bancários	47.401	-	47.401	47.401	59.931
Total	583.943	45.962	537.907	583.869	583.113

(*) Lastreados por títulos públicos

Fundos de renda fixa abertos

Administrador	2013	2012
Caixa Econômica Federal	46.036	44.548
	46.036	44.548

Fundos exclusivos de títulos públicos

Administrador	2013	2012
Caixa Econômica Federal	68.120	54.225
Banco Bradesco S/A	422.312	424.409
	490.432	478.634

CDB - Certificados de depósitos bancários

Instituição emissora	2013	2012
Banco Bradesco S/A	-	26.599
Caixa Econômica Federal	47.401	33.332
	47.401	59.931

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

	Saldos em				Ajuste a valor justo	Saldos em 2013
	2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos		
Fundos de renda fixa abertos	44.548	-	-	1.488	-	46.036
Fundos exclusivos de títulos públicos	478.634	47.641	(51.768)	15.925	-	490.432
CDB - Certificados de depósitos bancários	59.931	116.000	(130.471)	1.941	-	47.401
Total	583.113	163.641	(182.239)	19.354	-	583.869

	Saldos em				Ajuste a valor justo	Saldos em 2012
	2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos		
Fundos de renda fixa abertos	41.125	-	-	1.881	-	43.006
Fundos exclusivos de títulos públicos	404.536	97.925	(45.240)	18.230	1.591	477.042
CDB - Certificados de depósitos bancários	126.781	149.900	(220.266)	3.721	-	60.136
Total	572.442	247.825	(265.506)	23.832	1.591	580.184

Aplicações financeiras - Recursos livres

	2013	2012
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	533.942	481.802
Certificados de depósito bancário	39.262	25.199
Total vinculado	573.204	507.001
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	2.526	41.380
Certificados de depósito bancário	8.139	34.732
Total de aplicações livres	10.665	76.112
Total	583.869	583.113
Provisões Técnicas (Nota 17-a)	452.505	466.329
Aplicações financeiras - Recursos livres	131.364	116.784
Excesso de cobertura	120.699	40.672
Aplicações financeiras livres	10.665	76.112

Rentabilidade da carteira

Em 2013, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R\$ 19.354 no semestre. Essa rentabilidade representa 99,20% do CDI que foi de 3,43%, acumulado no semestre.

6 Crédito das operações com capitalização

a. Créditos a receber de distribuidores por vencimento

	2013	2012
A vencer		
De 1 a 60 dias	17.701	34.041
Total do circulante	17.701	34.041

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

	2013	2012
Saldos no início do semestre	34.041	33.808
Arrecadação com títulos de capitalização	157.091	166.992
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(55)	(49)
Eventos diversos	(3)	(4.824)
Recebimentos	(173.373)	(173.891)
Total	17.701	22.036

7 Títulos e créditos a receber

	2013	2012
Créditos de capitalização a receber	6.778	6.810
Antecipações de resgates	8.183	9.570
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.155)	(7.155)
Outras	59	519
	7.865	9.744

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão em processo formal de cobrança judicial.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2013	2012
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	2.399	2.591
Créditos de contribuição social a compensar	412	412
Outros	42	39
	2.853	3.042
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		
Imposto de renda	74.987	74.385
Contribuição social	44.992	44.631
	119.979	119.016

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 22-e-f-g). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2013			2012		
	Valor	Imposto de renda	Contribuição social	Valor	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
COFINS	175.596	43.899	26.339	168.457	42.114	25.269
PIS	8.180	2.045	1.227	8.089	2.023	1.213
Processos cíveis a pagar	1.033	258	155	2.065	516	310
Processos trabalhistas a pagar	3.588	897	538	2.539	635	381
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 11 e 12)	98.931	24.733	14.840	104.113	26.028	15.617
Atualização monetária contingências CSLL	10.775	2.694	1.616	10.508	2.627	1.576
Outras	1.845	461	277	1.768	442	265
	299.948	74.987	44.992	297.539	74.385	44.631

9 Outros créditos

	2013	2012
Adiantamentos a funcionários	425	196
Adiantamentos a fornecedores	457	21
Outros adiantamentos	370	53
	1.252	270

10 Despesas antecipadas

	2013	2012
Antecipação - propaganda SBT	8.920	-
Prestação de serviços a apropriar	1.534	2.494
Outras	687	126
	11.141	2.620

11 Outros créditos operacionais

	2013	2012
Alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	16.170	17.086
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g)	673	662
Outros	3	2
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	(435)	(278)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g)	(271)	(281)
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	-	36
	16.140	17.227

12 Outros valores e bens

	2013	2012
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S/A (Nota 22-f)	356.909	350.768
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Banco Panamericano S/A (Nota 22-f)	(98.225)	(103.554)
	258.684	247.214

13 Participações societárias (*)

	Lider Art's Comunicação Ltda. (a)	Hotel Jequitimar Ltda.	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total 2013	Total 2012
	Capital social	100	8.067	24.977	
Patrimônio líquido	533	1.963	21.453		
Lucro líquido do exercício	350	1.857	-		
Número de quotas possuídas	99.000	5.700	3.530.220		
Participação societária	99,00%	0,07%	14,13%		
Saldo dos investimentos no início do semestre	115	-	3.033	3.148	3.125
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	-	-
Provisão para perdas	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	412	1	-	413	488
Dividendos a receber	-	-	-	-	-
Saldo dos investimentos no final do semestre	527	1	3.033	3.561	3.613

(*) Os investimentos são avaliados tomando-se por base as demonstrações financeiras intermediárias das investidas, apuradas no mês anterior à apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Empresa.

14 Imobilizado

	Imóveis			<u>Totais</u>	
	de uso	Bens	Outras	2013	2012
	próprio	móveis	imobilizações		
Saldo no início do semestre					
Custo	18.901	5.462	1.252	25.615	25.340
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.793)	(136)	(17.622)	(17.490)
Saldo contábil líquido	6.208	669	1.116	7.993	7.850
Aquisições	-	30	26	56	252
Baixas / transferências	-	190	(192)	(2)	-
(-) Depreciação	-	(115)	(21)	(136)	(111)
Saldo contábil líquido no final do semestre	6.208	774	929	7.911	7.991
		10 % a			
Taxas anuais de depreciação	4% (*)	20 %	4%		

Os montantes registrados na rubrica “Outras imobilizações” referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

15 Obrigações a pagar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores	7.141	8.693
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	7.463
Outras	180	81
	<u>7.321</u>	<u>16.237</u>

16 Débitos de operações com capitalização

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comissões sobre venda de títulos	3.453	5.542
	<u>3.453</u>	<u>5.542</u>

17 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas no semestre findo em 30 de junho de 2013 e 2012 foram:

	<u>Provisão</u>					Total 2013	Total 2012
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Outras (PDA)		
Saldos no início do semestre	175.418	219.978	667	42.884	27.382	466.329	430.836
Constituição	78.442	-	12.277	-	8.138	98.857	95.730
Reativação	95	8	-	-	-	103	-
Atualização monetária e juros	(983)	772	-	144	-	(67)	956
Pagamento de resgates e sorteios	(3)	(66.021)	-	(5.668)	-	(71.692)	(68.042)
Reversões	(262)	(13.178)	-	(11.336)	(16.249)	(41.025)	(18.995)
Transferências	(81.678)	81.678	(12.277)	12.277	-	-	-
Saldos no final do semestre	171.029	223.237	667	38.301	19.271	452.505	440.485

18 Provisões judiciais

	Provisões judiciais					Depósitos judiciais				
	Saldos em		Atualização		Saldos em	Saldos em		Atualização		Saldos em
	31/12/2012	Adições	Baixas	monetária		30/6/2013	31/12/2012	Adições	Baixas	
PIS (a)	8.457	-	-	91	8.548	-	-	-	-	-
COFINS(a)	168.457	3.948	-	3.191	175.596	6.476	-	-	133	6.609
Imposto de renda (b)	18.356	-	-	267	18.623	-	-	-	-	-
Contribuição social (c)	4.735	1.810	-	173	6.718	8.486	561	-	152	9.199
Trabalhista (d)	2.539	902	-	147	3.588	405	345	(10)	-	740
Cíveis (e)	2.065	90	(1.153)	31	1.033	469	-	-	-	469
Total	204.609	6.750	(1.153)	3.900	214.106	15.836	906	(10)	285	17.017

	Saldos em		Atualização		Saldos em	Saldos em		Atualização		Saldos em
	31/12/2011	Adições	Baixas	monetária		30/6/2012	31/12/2011	Adições	Baixas	
	PIS (a)	8.291	-	-	67	8.358	-	-	-	-
COFINS(a)	153.899	3.404	-	4.160	161.463	6.142	-	-	189	6.331
Imposto de renda (b)	17.766	-	-	263	18.029	-	-	-	-	-
Contribuição social (c)	-	2.246	-	288	2.534	5.995	526	-	568	7.089
Trabalhista (d)	767	6	(64)	46	755	261	51	-	-	312
Cíveis (e)	2.749	118	(909)	65	2.023	88	-	-	-	88
Total	183.472	5.774	(973)	4.889	193.162	12.486	577	-	757	13.820

Valor provável do desembolso futuro de caixa

Contingências	2013	2012
Fiscais (*)	209.485	190.384
Trabalhistas	3.588	755
Cíveis	1.033	2.023
Total	214.106	193.162

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2013				2012			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	18.623	190.863	-	209.486	-	190.384	-	190.384
Trabalhistas	3.588	52.703	-	56.291	755	3.606	776	5.137
Cíveis	1.033	21.498	19.331	41.862	2.022	16.750	12.458	31.230
Total	23.244	265.064	19.331	307.639	2.777	210.740	13.234	226.751

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais, para as quais o provisionamento é requerido.

a. PIS e COFINS

Como boa parte das Instituições Financeiras brasileiras, a Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC n^os 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos a título de COFINS, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$ 175.596 (R\$ 168.457 em 31 de dezembro de 2012), estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei n^o

11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetua os recolhimentos mensais a título de COFINS, no entanto apura mensalmente os valores relativos ao tributo a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias. Em caso de desfecho desfavorável a Empresa poderá estar sujeita à multa de mora com valor de R\$ 19.245 e encargos legais de R\$ 38.968. Os assessores jurídicos classificam a probabilidade que a referida multa e encargos legais venham a ser efetivamente devidos como “Possível” e como consequência nenhuma provisão adicional foi constituída na data-base de 30 de junho de 2013.

Embora a decisão liminar, proferida nos autos da Ação Declaratória nº 1999.61.00.009384-9, e que embasava o não recolhimento tenha sido cassada em fevereiro de 2012 a Empresa opôs embargos de declaração com efeitos infringentes, os quais aguardam julgamento, embargos estes que uma vez recebidos no efeito suspensivo, restabelecerão a liminar cassada, o que inviabiliza eventuais cobranças pela Receita Federal. Ainda que os embargos não sejam recebidos no efeito suspensivo, os assessores jurídicos internos e externos, deverão providenciar medida cautelar para obtenção de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário que serão impetrados.

Na hipótese de eventual desfecho desfavorável ou caso seja exigido depósito judicial em função de execução fiscal, a Empresa poderá se valer de diversas alternativas com o objetivo de viabilizar o pagamento ou garantia da execução da referida contingência fiscal, tais como oferecimento de fiança bancária, um percentual de sua receita futura e até a eventual possibilidade de sua controladora antecipar o pagamento de parte ou mesmo da totalidade de sua dívida cujo vencimento se dará somente em novembro de 2020 (Nota 22-f).

b. Imposto de renda

Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007.

c. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

d. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões judiciais” classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável,

cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

f. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma loteria disfarçada, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações monta R\$ 78.175 (R\$ 75.608 em 2012). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Os advogados entendem que o mandado de segurança será julgado procedente. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R\$ 1.845 (R\$ 1.768 em 2012), registrado na rubrica “Débitos diversos”, no passivo não circulante.

g. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009, a administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pela Empresa, sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota) e outros processos administrativos.

Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS Lei nº 11.941/09

Valor principal dos débitos consolidados	24.926
Juros	35.604
Multa	6.189
Sub-total	66.719
(-) Redução de juros e multa	(12.615)
Valor total dos débitos consolidados	54.104

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Total</u>
Diferença de alíquota CSLL	7.256	13.061	-	20.317
Exigibilidade suspensa CSLL	7.859	13.738	-	21.597
Total de débitos contingenciados	15.115	26.799	-	41.914
Débitos não contingenciados	9.810	8.806	6.189	24.805
Benefícios - redução de multa e juros	-	(8.901)	(3.714)	(12.615)
Total de débitos não contingenciados	9.810	(95)	2.475	12.190
Total de débitos consolidados do REFIS	24.925	26.704	2.475	54.104

A Empresa aderiu ao parcelamento em 23 de novembro de 2009, pelo prazo de 180 meses. A confirmação da consolidação dos débitos, pela Secretaria da Receita Federal, ocorreu em 31 de dezembro de 2011. O valor consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica “Débitos diversos” conforme demonstrado abaixo:

	2013		2012	
	Quantidade	Saldos	Quantidade	Saldos
Total de débitos consolidados do REFIS	180	54.104	180	54.104
Parcelas antecipadas	19	(4)	19	(4)
Pagamentos efetuados	25	(10.531)	19	(7.875)
Juros		2.131		1.491
	136	45.700	142	47.716
Circulante		4.032		4.032
Não circulante		41.668		43.684
		45.700		47.716

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, foram pagos dividendos no valor de R\$ 3.213 referentes aos dividendos disponibilizados no exercício de 2012.

c. Remuneração sobre o capital próprio

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, foram pagos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 5.000 disponibilizados no exercício de 2012.

d. Reserva de lucros

É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Variação da provisão para sorteios	(941)	(6.608)
Despesas com títulos sorteados	(85)	(66)
	<u>(1.026)</u>	<u>(6.674)</u>

b. Custos de aquisição

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Corretagem	(28.452)	(24.672)
Despesas de vendas	(8.246)	(9.171)
Publicidade e propaganda	(36.521)	(36.712)
	<u>(73.219)</u>	<u>(70.555)</u>

c. Despesas administrativas diversas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contingências e condenações judiciais	(24)	(34)
(-) Provisão de contingências judiciais:		
Outros processos administrativos	162	849
Multas e infrações:		
Outras	(400)	(9)
Despesas diversas	(121)	(70)
	<u>(383)</u>	<u>736</u>

d. Despesas com tributos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
COFINS	(3.948)	(3.403)
PIS	(642)	(554)
Outros	(402)	(362)
	<u>(4.992)</u>	<u>(4.319)</u>

e. Receitas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Títulos de renda fixa	19.354	23.832
Atualização monetária sobre alienação de investimentos	-	20
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente	6.698	10.747
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste e valor presente	5.696	15.277
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	285	757
Outras	502	614
	<u>32.535</u>	<u>51.247</u>

f. Despesas financeiras

	2013	2012
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização	(67)	(5.806)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18)	(3.900)	(4.889)
Juros sobre parcelamento REFIS (Nota 18-g)	(640)	(487)
Outras	(498)	(30)
	(5.105)	(11.212)

g. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2013	2012
Ajuste a valor presente:		
Alienação de investimento Sisan (Nota 22-e)	(514)	-
Outros ganhos/(perdas)	592	120
	78	120

21 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2013 e 2012, estão assim demonstrados:

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	28.582	28.582	32.217	32.217
(-) Participações	(852)	(852)	(165)	(165)
Lucro contábil antes dos impostos e após o JCP e participações	27.730	27.730	32.052	32.052
Adições	9.075	9.075	7.860	7.860
AVP - Ajuste a valor presente	514	514	-	-
Provisão para contingências	8.042	8.042	7.267	7.267
Outras	519	519	593	593
Exclusões	(6.629)	(6.629)	(15.765)	(15.765)
Equivalência patrimonial	(413)	(413)	(488)	(488)
Reversão de provisão para contingências	(520)	(520)	-	-
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 20-e)	(5.696)	(5.696)	(15.277)	(15.277)
Lucro fiscal antes das compensações	30.176	30.176	24.147	24.147
Compensações de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-	(4.214)	(4.214)
Base de cálculo	30.176	30.176	19.933	19.933
Tributos correntes (IR/CS)	(7.532)	(4.527)	(5.096)	(3.943)
Incentivos fiscais dedução	216	-	123	-
Créditos tributários s/ prejuízo fiscal e diferenças temporárias	562	337	(659)	(395)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	18	(50)	-	-
Total de tributos	(6.736)	(4.240)	(5.632)	(4.338)

22 Transações com partes relacionadas

	Direitos/(Obrigações)		Receitas/(Despesas)	
	2013	2012	2013	2012
TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A (a-i)	8.687	(1.519)	(10.091)	(11.045)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	-	-	(534)	(523)
Imagem e voz (a-ii)	(4.034)	(5.146)	(17.334)	(18.427)
Despesas de comercialização	4.653	(6.665)	(27.959)	(29.995)
Serviços compartilhados (b)	(87)	(51)	(361)	(326)
Despesas com serviços de terceiros	(87)	(51)	(361)	(326)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda	-	-	-	55
Perícia ADM e Corr Seg e Prev Priv SC Ltda	39	53	56	-
Promolider Promotora de Vendas Ltda	3	3	21	20
BF Utilidades Domésticas Ltda	2	2	9	12
TV Studios de Ribeirão Preto Ltda	-	-	(3)	(2)
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	44	58	83	85
Silvio Santos Participações S/A	1	1	-	-
Lider Art's Comunicação Ltda	1	-	-	-
Outros créditos a receber - Circulante	2	1	-	-
BF Utilidades Domésticas Ltda (e)	16.170	17.086	475	375
BF Utilidades Domésticas Ltda - Outros créditos	3	3	-	-
Silvio Santos Participações S/A (g)	673	662	12	-
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12 (e-g)	(706)	(559)	351	388
Outros créditos a receber - Não circulante (e-g)	16.140	17.192	838	763
Silvio Santos Participações S/A	356.909	350.768	6.142	10.371
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12	(98.225)	(103.554)	5.328	5.083
Outros valores e bens (f)	258.684	247.214	11.470	15.454
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	(4.250)	-	-
Dividendos a receber	-	446	-	-
Dividendos a pagar	-	(3.213)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(7.017)	-	-
Silvio Santos Participações S/A	-	(1)	-	-
SSR Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda	-	(2)	-	-
Hotel Jequití Ltda	(6)	(6)	-	-
Outras contas a pagar	(6)	(9)	-	-

- a. Despesas de Comercialização:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i)** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii)** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.

- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. (“CSC”) até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas/(despesas) de aluguel -** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrada na rubrica “Aluguel de imóveis”, o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica “Outras contas a pagar”.
- d. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 882 (R\$ 834 em 2012).
- e.** Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 17.527 em 04 de maio de 2013, foi repactuado para pagamento em 24 parcelas, atualizadas pelo índice geral de preços do mercado (IGPM), calculadas no modelo de SAC – Sistema de Amortização Constante, e encontra-se registrado na rubrica “Outros valores e bens”, no longo prazo conforme demonstrados a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do semestre	17.086	16.143
Atualização monetária	545	375
Pagamentos	(1.461)	-
Saldo no final do semestre	16.170	16.518

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, e considerando a repactuação da dívida, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 514 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM (anteriormente IPCA) até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros créditos operacionais” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Valor do contas a receber (Nota 11)	16.170	17.086
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(435)	(278)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	15.735	16.808

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 174 (R\$ 111 em 2012).

- f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A, pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação). Este montante tem vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M – Índice Geral de Preços para Mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Valor do contas a receber (Nota 12)	356.909	350.768
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 12)	(98.225)	(103.554)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	258.684	247.214

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 39.290 (R\$ 41.422 em dezembro de 2012).

- g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M – Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros créditos operacionais” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Valor do contas a receber (Nota 11)	673	662
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(271)	(281)
Valor do conta a recebe r ajustado ao valor prese nte	402	381

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 108 (R\$ 112 em dezembro de 2012).

23 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2013, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 395 (R\$ 333 em 30 de junho de 2012).

24 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do grupo Silvio Santos.
- (2) **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) **Comitê de marketing**, identifica novas oportunidades de vendas e de diversificação de produtos.
- (4) **Comitê de R.H**, propõe, examina e acompanha todos os planos, práticas e processos relativos aos temas que envolvem esta especialidade.
- (5) **Comitê de tecnologia da informação**, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.
- (6) **Comitê de auditoria e risco**, responsável pela gestão prudente dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as proposta de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto TeleSena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de *compliance*, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP n.º 272/04, o parecer do Atuário informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP n.º 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de *Compliance*).

Conforme disposto na Circular SUSEP n.º 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específico e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência, f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A empresa está implementando o seu Plano de Continuidade de Negócios (contingência operacional) que é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a uma emergência, contém também informações detalhas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

g. Risco de crédito

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, TeleSena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário (*)
jul-12	0,6624%	0,6756%	98,04%	0,0085%
ago-12	0,6734%	0,6866%	98,08%	0,0047%
set-12	0,5271%	0,5373%	98,11%	0,0044%
out-12	0,5973%	0,6072%	98,37%	0,0038%
nov-12	0,5340%	0,5446%	98,05%	0,0032%
dez-12	0,5069%	0,5077%	99,84%	0,0026%
jan-13	0,6112%	0,6133%	99,65%	0,0019%
fev-13	0,4774%	0,4816%	99,12%	0,0014%
mar-13	0,5334%	0,5377%	99,20%	0,0010%
abr-13	0,5953%	0,6008%	99,07%	0,0006%
mai-13	0,5797%	0,5849%	99,12%	0,0008%
jun-13	0,5873%	0,5919%	99,21%	0,0017%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
Janelas	(21 du)	(63 du)	(126 du)	(252 du)
VAR 95,% de confiança	0,0006%	0,0017%	0,0017%	0,0023%
Stress histórico do período	0,0015%	0,0017%	0,0027%	0,0103%
VAR pela % mínimo real	0,0022%	0,0022%	0,0028%	0,0062%
Fechamento pelo VAR	95,37%	95,11%	95,07%	94,88%
Fechamento stress histórico	95,26%	95,11%	94,95%	94,03%
Fechamento pelo mínimo	95,18%	95,05%	94,95%	94,55%
VAR em R\$	3.287	9.816	9.793	13.619
Máxima do período	99,80%	99,80%	101,60%	111,89%
Mediana	99,35%	99,27%	99,28%	99,11%
Media	98,99%	99,14%	99,23%	98,84%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,0% a 95,3% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macro-econômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	Liquidez "duration" 4 dias	Vencimento "duration" 4 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento
Sem vencimento	536.468	536.468	91,88%	91,88%
De 1 a 30 dias	8.139	8.139	1,39%	1,39%
De 31 a 60 dias	34.258	34.258	5,87%	5,87%
De 61 a 90 dias	5.004	5.004	0,86%	0,86%
De 91 a 180 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 366 a 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	583.869	583.869	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 4 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 90 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com *duration* de 73 dias.

Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V Carteira	% V Reserva
Sem vencimento	536.468	262.207	91,88%	57,95%
De 1 a 30 dias	8.139	17.858	1,39%	3,95%
De 31 a 60 dias	34.258	19.820	5,87%	4,38%
De 61 a 90 dias	5.004	16.485	0,86%	3,64%
De 91 a 180 dias	-	57.477	0,00%	12,70%
De 181 a 365 dias	-	78.658	0,00%	17,38%
De 366 a 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	583.869	452.505	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais, e pequena parcela em CDB's em banco federal.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco, consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

O *rating* dos títulos "Renda fixa privado" é composto exclusivamente por CDB's da Caixa Econômica Federal, que estão vinculados aos *rating* soberanos, pois as agências classificadoras de risco esperam suporte do governo federal em caso de necessidade.

Ativo financeiro	Valor	Rating
Renda fixa público	536.468	AAA
Renda fixa privado	47.401	AAA
Total	583.869	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		Total
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.310	-	-	-	-	1.310
Aplicações	45.962	-	-	537.907	-	583.869
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	17.701	-	17.701
Títulos e créditos a receber	-	3	-	7.862	-	7.865
Créditos tributários e previdenciários	122.832	-	-	-	-	122.832
Depósitos judiciais e fiscais	17.017	-	-	-	-	17.017
Outros créditos	-	22	23	1.207	-	1.252
Outros créditos operacionais	3	-	-	-	16.137	16.140
Despesas antecipadas	-	-	-	11.141	-	11.141
Outros valores e bens	-	-	-	-	258.684	258.684
Total dos ativos financeiros	187.124	25	23	575.818	274.821	1.037.811
Passivos financeiros						
Contas a pagar						
Obrigações a pagar	-	-	-	7.321	-	7.321
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.364	-	1.364
Encargos trabalhistas	-	-	-	1.871	-	1.871
Impostos e contribuições	-	-	-	7.434	-	7.434
Outras contas a pagar	-	-	6	87	-	93
Tributos diferidos	1.294	-	-	-	-	1.294
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	3.453	-	3.453
Depósitos de terceiros	58	-	-	-	-	58
Provisões técnicas	19.271	6.969	254.570	171.695	-	452.505
Provisões judiciais	214.106	-	-	-	-	214.106
Débitos diversos	1.845	-	-	4.032	41.668	47.545
Total dos passivos financeiros	236.574	6.969	254.576	197.257	41.668	737.044

j. Risco operacional

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem que o risco de desenquadramento das posições aplicadas seja o mínimo possível.

Tais ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos.

k. Risco legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. O monitoramento destes riscos fica à cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

O patrimônio líquido ajustado (PLA) é calculado de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CNSP nº 222/10. A Empresa apura o capital mínimo requerido - CMR de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CNSP nº 282/13, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

	2013
Patrimônio líquido	312.303
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais (*)	(262.245)
Despesas antecipadas	(11.141)
Ativos intangíveis	(57)
Obras de arte	(7)
Patrimônio líquido ajustado	38.853
Capital base	10.800
Capital adicional de risco de crédito	-
Capital de risco	24.056
Margem de solvência	36.200
Capital mínimo requerido (CMR)	36.200
Suficiência de capital (R\$)	2.653
Suficiência de capital (%)	7,33%

(*) Por requerimento do órgão regulador, o contas a receber oriundo da venda de investimentos, no Banco Panamericano S/A, foi considerado como redutor no cálculo do PLA.

25 Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por apólice de multi risco empresarial. O limite máximo de cobertura (básica, lucros cessantes e responsabilidade civil) é de R\$ 22.000 (R\$ 14.540 em 31 de dezembro de 2012). As principais coberturas são:

	Importância segurada
Endereços segurados	
Rua Jaceguai, 400 e 402 - SP	16.840
Av. Marechal Câmara, 160 - 9º andar - RJ	3.450
Av. das Comunicações, 927 - Osasco - SP	504
Av. Brig. Luis Antônio, 580 - Subsolo - São Paulo - SP	160
R. Javari, 195 - Ribeirão Preto - SP	80
Av. Tancredo Neves, 3.343 - Salvador - BA	220
R. Estado de Israel, 334 - Sala 301 - Recife - PE	220
Garantias contratadas	
Incêndio, raio, explosão, implusão e fumaça	17.000
Responsabilidade e civil operações	2.000
Lucros cessantes em decorrência de:	
Danos elétricos	1.000
Incêndio, raio, explosão, implusão e fumaça	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tomado, granizo, impacto veículos e queda de aeronave	1.000
Veículos	929
Equipamentos estacionários	800
Danos elétricos	650
Desmoronamento	500
Demais riscos	2.428

26 Normas emitidas e ainda não adotadas

- **IFRS 9 – Instrumentos financeiros** - emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 e a adoção antecipada dessa norma está condicionada a aprovação pela SUSEP.

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Marcello Sassatani
Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

Aginaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. Mtb nº 380 - MIBA